

associar à precariedade, transitória ou não, dos países do Terceiro Mundo. Pode-se dizer que o contraste não é o máximo possível – de fato, os exemplos mediterrâneos predominantes no livro podem sugerir uma Europa imperfeita, um terceiro mundo dentro do primeiro. Mas isso seria facilitar aos representantes da biomedicina uma sempre cômoda retirada: limitar o campo de verificação de sua teoria, pretender que numa sociedade exata a medicina tenderia a ser uma ciência exata. Os antropólogos podem dizer que a inexatidão da medicina tem raízes muito mais profundas, mas seus estudos tendem a mergulhar em mazelas periféricas. Virar a lente para a medicina-espetáculo, para os grandes hospitais e as grandes faculdades talvez levaria a antropologia da saúde a questionamentos mais radicais.

Evolução e Moralidade

Rachels, J., 1991. *Created from Animals: The Moral Implications of Darwinism*. Oxford: Oxford University Press.

Ridley, M., 1996. *The Origins of Virtue: Human Instincts and the Evolution of Cooperation*. New York: Viking.

Wright, R., 1996. *O Animal Moral: Porque Somos como Somos*. A Nova Ciência da Psicologia Evolucionista. Rio de Janeiro: Campus.

Dennis Werner

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Os recentes avanços dramáticos na genética, neurociências e inteligência artificial têm estimulado maior interesse na evolução da mente. Refugiados de departamentos de antropologia, psicologia e sociologia têm se juntado a entólogos e outros para criar novos departamentos universitários na área da psicologia evolucionista onde trabalham temas como sexualidade, raciocínio, linguagem, violência e emoções como alegria, medo ou raiva.

Estes três livros sobre moralidade se enquadram dentro do paradigma da psicologia evolucionista, e como tal compartilham muitos pressupostos e dados. No entanto, os textos acabam abordando questões muito diferentes.

Os autores começam com esclarecimentos sobre o problema das ligações entre o que é, e o que deve ser. Todos rejeitam a visão idealista da unidade do Belo,

do Verdadeiro e do Moralmente correto, alertando para os erros filosóficos, típicos dentro e fora da academia, em que se conclui sobre o que deve ser, a partir do que é, e vice-versa. Na falácia naturalista, conclui-se que o que é “natural” (presente na natureza selvagem ou na natureza humana) deve ser encarado como moralmente certo. Na falácia relativista conclui-se que o que é encarado como certo numa dada cultura deve ser considerado como o moralmente correto, e na falácia moralista faz-se o caminho inverso e se conclui que, se uma coisa deve ser de um certo jeito, então ela é daquele jeito (por exemplo, o valor de um objeto deve refletir o trabalho investido nele, logo o valor de um objeto de fato decorre do trabalho investido nele). No lugar dessas falácias, os três autores recorrem a princípios filosóficos mais tradicionais para fundamentar decisões morais – o princípio de direitos individuais invioláveis, o princípio da maior felicidade para o maior número, e o princípio de decidir, de tal forma que aceitaríamos a decisão, mesmo se a nossa posição no mundo fosse determinada posteriormente ao acaso. Wright e Rachels salientam mais o princípio da maior felicidade, enquanto Ridley parece preferir o jogo de azar. Ridley chega a citar o uso dessa regra entre os Hutterites: nessa sociedade, em que a propriedade é de uso comum, há necessidade de dividir a comunidade quando aumenta a população. A comunidade original compra e prepara o novo local de moradia e determina algumas equivalências entre pessoas com especialidades profissionais. Só no último momento, na hora da divisão, é que se decide aleatoriamente quem irá para o novo local e quem ficará no antigo.

A partir dessas considerações comuns, os três autores partem para caminhos diferentes. Rachels se concentra no papel da teoria darwiniana de tirar o ser humano do centro do universo. Além de salientar a continuidade entre os seres humanos e outros animais, Darwin também eliminou a noção de “finalidades” na natureza: se tanto os seres humanos, como os outros animais, carecem de razões maiores de existir, não há por quê dar um lugar especial para o ser humano no universo. Essa reflexão nos obriga a repensar as implicações dos princípios morais tradicionais – Indivíduos de quais espécies têm direitos invioláveis? Devemos buscar a maior felicidade para o maior número de indivíduos de quais espécies? E no jogo de azar, deveríamos considerar a possibilidade de sortear para nós a vida de outra espécie? Rachels termina argumentando que é a “riqueza e complexidade” de uma forma de vida que deve ser valorizada na decisão sobre se essa vida pode ser destruída ou não. Isso implica em mudanças nas nossas políticas quanto a direitos de animais.

Wright e Ridley escolhem outro caminho. Eles se concentram na evolução das noções de moralidade que de fato possuímos (que não são necessariamente as noções de moralidade que deveríamos seguir). Os dois esclarecem como genes “egoístas” podem criar indivíduos “altruístas”, dispostos a se sacrificarem para outros indivíduos (parentes) que possuem os mesmos genes. Os autores também trabalham com a evolução da reciprocidade – a disponibilidade para se sacrificar a curto prazo para o bem de outro por saber que a longo prazo o benefício para si será maior.

Mas nesse ponto divergem. Wright se concentra em pesquisas sistemáticas que documentam sentimentos morais em seres humanos. São experimentos psicológicos, ‘surveys’ de indivíduos, e comparações transculturais que examinam questões como investimentos em filhos, luto ao perder um filho, escolhas de parceiros para casamento e para relações extraconjugais, uso de violência para diferentes finalidades e aplicações de regras de reciprocidade. São pesquisas que buscam princípios psicológicos universais que ligam situações específicas a reações psicológicas específicas, em conformidade com a observação de William James de que o ser humano é diferente de outros animais porque nós possuímos mais instintos. Para exemplificar essas pesquisas, Wright adotou um truque interessante – resolveu aproveitar os eventos da vida pessoal de Charles Darwin. Para psicanalistas, acostumados a entender uma pessoa a partir das relações estruturais entre diferentes aspectos da construção do seu “eu”, essa “análise” do caso Darwin será decepcionante. Imagino que Wright discordaria de abordagens psicológicas que vêm a mente como um “processador geral” apto a qualquer construção, preferindo encarar-la como uma coleção de módulos mais específicos. De toda maneira, a sua finalidade foi de exemplificar, não de fazer uma psicanálise.

Wright deriva duas conclusões morais dessas reflexões. Primeira, salienta a importância de desconfiar da indignação moral, pois a própria indignação serve para finalidades egoístas. Nesse sentido Wright reforça a definição de Lutero, de que um santo é “alguém que compreende que tudo o que faz é egoísta”. Com essa definição, Wright acredita que o darwinismo ajuda a nos tornar santos, pois “nenhuma doutrina ressalta a consciência do egoísmo oculto de modo mais agudo”. Segunda, Wright expressa a sua admiração por algumas características da vida de Darwin e dos vitorianos em geral. Admira especialmente as pressões para monogamia e os baixos índices de divórcio. Conforme Wright, esses costumes

servem para refrear a competição entre os homens, o que diminui a violência e aumenta a cooperação.

Com formação em zoologia e economia, Ridley segue outro rumo, se concentrando em estudos sobre o “dilema do prisioneiro” e a “tragédia do comum”, incluindo muitos outros baseados em simulações de computador e experimentos psicológicos. Ele procura esclarecer as situações que levam as pessoas (e outros animais) a cooperarem para o bem do grupo. Nos últimos capítulos o autor se concentra em estudos de comunidades que conseguiram preservar o bem público vs. comunidades que fracassaram por falta de cooperação. O autor argumenta que nem regulamentos governamentais, nem privatizações conseguem evitar tragédias do comum. Mas vários grupos têm conseguido preservar o bem comum com formas complexas e estáveis de cooperação e fiscalização entre as pessoas.

A diversidade destes três livros e dos estudos que citam demonstra a produtividade de abordagens evolucionistas para entender não só a natureza humana, mas também a variação sociocultural da nossa espécie. Os enfoques sobre moralidade são especialmente ricos para aqueles que ingenuamente caem nas falácias naturalistas, relativistas ou moralistas, e que procuram um outro caminho.

Diálogos das grandezas do Sertão

Brandão, Carlos Rodrigues. *“Memória Sertão. Cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão”*. Editorial Cone Sul, 309 páginas, 1998.

Oscar Calavia Sáez

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Carlos Brandão é um escritor assíduo e com um público fiel – mais amplo e menos acadêmico que o de outros antropólogos –, um autor obrigatório quando se trata de religião ou educação popular, pesquisa participante ou campesinato. Mas dificilmente aparece nos balancetes teóricos da antropologia brasileira. Memória Sertão seria uma boa ocasião para se perguntar porquê. Nas suas páginas aparecem